

**Laços de família e segredos (sexuais)
compartilhados: narrativa de história de vida de
uma jovem dissidente em uma família homofóbica**

*Family ties and shared (sexual) secrets: life story narrative
of a young dissident girl living in a homophobic family*

Lívia Gonsalves Toledo

*Psicóloga, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho
liviagtoledo@gmail.com*

Fernando Silva Teixeira Filho

*Psicólogo, Professor da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho fteixeira@assis.unesp.br*



Resumo

Esse artigo apresenta a Narrativa de História de Vida de uma jovem mulher não-heterossexual, a partir da qual buscamos compreender como se articulam o desejo, a (in)visibilidade e os processos de exclusão na vivência do homoerotismo, especialmente dentro do âmbito familiar. Podemos apontar algumas formas de atuação da homofobia, o modo de funcionamento do dispositivo do armário e sobre algumas expectativas e exigências que atuam sobre o membro não-heterossexual na família. No caso em questão, o modo como a família vivenciou a homossexualidade da jovem dependeu de um forte laço que unia esta família, a saber: o segredo relativamente à sexualidade. Este, segundo nossa hipótese, foi produzido e sustentado pela homofobia que servia como ponto central da construção dos gêneros e (des)união dos laços familiares. Este trabalho faz parte de uma tese de doutorado ainda em andamento, financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Homossexualidade. Homofobia. Processos de Exclusão. Família. Segredo.

Abstract

This paper presents a non-heterosexual young lady's Narrative Life History. By presenting it, we aim to understanding how desire, (in)visibility and the processes of exclusion are articulated in relation to the experience of homoeroticism, especially within the family. By this, we are able to point out some homophobic aspects, modes of how the “device of closet” operates and how some expectations and demands exert pressures over a non-heterosexual member in the family. In this case study, the way her family lived her sexuality depended on a strong family ties, such as: the secret about sexuality. Such secret, according to our hypothesis, was produced and preserved by homophobia which served as the major aspect on the construction of gender and (dis)unity of the family. This work is part of a in progress doctoral thesis, sponsored by FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo.

Key-words: Homosexuality. Homophobia. Exclusion Processes. Family. Secret.

Introdução

Silva (2000, p. 24) fala que “*é na vida cotidiana que se desenvolvem condutas subjetivamente dotadas de sentido a partir das significações que se constroem no senso comum e que se institui a complexificação da realidade social*”. Baseado nessa compreensão, este artigo busca, a partir da Pesquisa Narrativa, aprofundar-se no modo como mulheres que vivenciam o homoerotismo articulam desejo, (in)visibilidade e processos de exclusão, por meio de relatos de histórias de vida.

De acordo com Deleuze e Guattari, a sexualidade não pode ser compreendida apenas como uma função sexual. Ela é uma fantástica usina de desejo (GUATTARI; ROLNIK, 1996; WEINMANN, 2002), porém, o desejo não se reduz apenas ao âmbito sexual. O desejo é como um determinado gosto de viver, uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, a possibilidade de instauração de dispositivos¹ para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são nossos (GUATTARI; ROLNIK, 1996). A produção desejante não é Una, é multiplicidade pura, que pode ou não ser capturada pelos processos de normatização. Porém, é a expressão coletiva desejante que produz os contra-poderes e a *possibilidade* de criação de processos de singularização, de autenticidades que se chocam com o mundo hegemônico. Guattari diz:

Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar; de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. Para a modelização dominante [...] essa concepção do desejo é totalmente utópica e anárquica (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 215-216).

Assim, procuramos apontar de que forma tal negociação se mescla com a construção de modos de subjetivação de mulheres que vivenciam o homoerotismo, tendo como exemplo a Narrativa de História de Vida de uma jovem de 19 anos chamada Júlia², de família de classe média, residente na cidade de Assis, interior do oeste paulista. Esta cidade acolhe uma população

¹ Segundo Foucault (1979, p. 244-246), o dispositivo corresponde a “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...] é isto um dispositivo: estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

² Nome fictício.

de aproximadamente 100 mil habitantes e tem economia baseada na agropecuária. Também tem forte economia na área de comércio e prestação de serviços, e um pequeno parque industrial. É também uma cidade universitária que recebe vários estudantes de diversos lugares do país, e é a única cidade da região onde existe uma ONG que trabalha com o público LGBT, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades (NEPS).

Lembramos que a concepção de subjetividade é tida como em processo – como construída de diferentes formas a depender do contexto histórico e sócio-cultural em que os sujeitos estão inseridos, o que nos permite falar de processos de subjetivação. A história de Júlia tem foco na relação familiar e no laço que une os membros de sua família, a saber: o segredo.

Segundo Schulman (2010), os não-heterossexuais compartilham de duas experiências que as pessoas heterossexuais jamais teriam que passar: assumir uma orientação sexual diferente da esperada por seus familiares; e ser em algum momento de suas vidas inferiorizados de algum modo por sua família por conta de sua orientação sexual. Para a autora, a homofobia familiar é um fenômeno que faz parte da vida da comunidade LGBT que se configura como uma crise cultural ampla, e “os assuntos que circundam a homofobia familiar são óbvios e, ao mesmo tempo, negados” (SCHULMAN, 2010, p. 70).

Na Pesquisa Narrativa, a pesquisadora trabalha com o contar histórias. A partir das histórias ouvidas, contadas pela(s) participante(s) da pesquisa, dá ao texto de pesquisa a forma de narrativa. O foco de análise dessas histórias são as experiências vividas. A narrativa é a história que a pesquisadora conta sobre as histórias que as participantes lhe contaram. Ao optar pelas histórias de vida, a pesquisadora busca, a partir delas:

construir significados, estabelecer relações e refletir sobre os fatos previamente narrados nas histórias. A história se torna, pois, *objeto e método de pesquisa*. Objeto porque é nela que os esforços se concentram para se chegar a uma compreensão mais concreta da experiência. É, também, método, porque é pela narração que os significados são construídos (TELLES, 1999, p. 11).

Assim, essas histórias são o resultado de como a pesquisadora vivenciou o modo como suas participantes experienciam e significam suas próprias histórias.

História de Júlia

Júlia era uma jovem de 19 anos, branca e de classe social média. Ela tinha ensino médio completo e se preparava para prestar o vestibular³. Desejava entrar em uma universidade pública fora de Assis. Era a caçula de quatro irmãos, e a única do sexo feminino. Morava com a mãe, que já trabalhou no passado e não trabalhava mais, com o pai, que era aposentado, e com um dos irmãos.

Quando ela iniciava a entrada na adolescência, aos 13 ou 14 anos, um acontecimento marcante, ocorrido com um de seus irmãos, fez a concepção de família para Júlia ser a de união, de compreensão e de cuidado. Seu irmão foi usuário de drogas. Um dia, a mãe de Júlia recebeu uma ligação anônima denunciando-o. Tal como pontua Silva (2000), em cidades pequenas, o comportamento das pessoas está sempre sujeito a uma determinada forma de vigilância e controle. *A personalidade estrutura a vida cotidiana espacial e temporalmente, tanto no ambiente familiar como fora de casa “a ‘vizinhança’, [...] os bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais, ou campos de futebol de várzea. [...] nas pequenas cidades ‘todo mundo conhece todo mundo e se mete na vida de todo mundo’.*” (SILVA, 2000, p. 25). Assis não é uma cidade tão pequena a ponto de todos conhecerem uns aos outros, mas guarda ainda um pouco desse caráter de personalidade das cidades pequenas.

O irmão de Júlia pediu ajuda dos pais para se livrar do vício. Júlia acompanhou os nove meses de internação e tratamento do seu irmão junto com seus pais. Foi um período em que a família de Júlia deu atenção total ao irmão e em nenhum momento os pais de Júlia deixaram de apoiá-lo e falar palavras de carinho e incentivo, havendo muito diálogo. Foi a partir desse ocorrido que Júlia passou a ter os pais como referência de “porto seguro”, mais até que os amigos. Ela pensava: *“Putz, eu sei que eu posso contar com meus pais pra tudo. Porque se eles não negaram o meu irmão que usava droga, qualquer coisa que eu precisar, eu posso contar com eles”.* A visão que Júlia tinha de sua família era a de um sistema acolhedor, compreensivo e no qual, pelo amor, se superaria qualquer diferença.

E foi nesse período em que os pais de Júlia estavam com os olhares atentos na recuperação de seu irmão que uma outra diferença naquela família estava sendo percebida pela própria Júlia, em sua subjetivação: que as meninas pareciam ser, para ela, mais interessantes que os meninos. Desde a

³ As entrevistas com Júlia foram realizadas no fim do ano de 2009 e início do ano de 2010.

quinta-série, quando Júlia devia ter por volta de 11 ou 12 anos, ela já 'admirava' a beleza de outras mulheres mais do que a de rapazes.

Nos anos seguintes, na sexta e sétima série, Júlia já “ficava”⁴ com meninos, mas seu interesse por eles não era como o das colegas. No início do ensino médio, a consciência de sua atração por meninas foi ficando cada vez mais clara: “Ué! Parece que eu to achando menina mais legal que menino”. E, nesse processo de conscientização, Júlia em nenhum momento teve rejeição pelo seu próprio desejo, tendo apenas dúvidas sobre a legitimidade deste desejo por ter sido produzida, assim como são todas as pessoas, para ser heterossexual desde a infância.

A idéia de heterossexualidade compulsória foi elaborada por Adrienne Rich (1980/1986), que tomou a heterossexualidade como uma organização social-sexual mantida pela dominação masculina. Essa organização promove e mantém a hierarquia dos atos e desejos sexuais, controlados pela polarização dos seres humanos em dois sexos e dois gêneros, vistos como naturais, opostos e complementares. Assim, produz identidades de gênero e sexuais (homem, mulher, gay, lésbica, travesti, transexual etc.) que acabam sendo hierarquizadas umas frente a outras, sendo aquelas que seguem a norma heterossexual as que se situam no topo da pirâmide (SÁNCHEZ; GALÁN, 2006).

A heterossexualidade compulsória, segundo Rich (1980/1986), é, portanto, uma instituição que pressiona, força e obriga, de forma violenta ou subliminar, todas as pessoas e especialmente as mulheres, a tornarem-se heterossexuais. Atrair-se, desejar e ter práticas eróticas e sexuais com pessoas de sexo e gênero opostos é, então, visto como norma compulsória que, investida de poder, desqualifica, desacredita, vulnerabiliza e oprime toda e qualquer outra forma de expressão e vivência das sexualidades.

Quando tinha em torno de 16 anos, mesmo namorando meninos, Júlia já tinha certeza de seu desejo por mulheres. Porém, ela julgava seu grande dificultador a invisibilidade da sexualidade não-heterossexual e, apenas por esse motivo, ainda não tinha *ficado* com nenhuma garota. Júlia não conhecia nenhuma pessoa que se relacionasse com outras do mesmo sexo e não sabia como identificá-las. Ela pensava: “Nossa, será que é só eu? Acho que só eu no mundo gosto de mulher. Mais ninguém gosta de mulher.”.

⁴ O termo *ficar*, nesse caso, tem o sentido de *ficar com alguém*, uma relação afetivo e/ou sexual momentânea, sem compromisso, onde as pessoas envolvidas trocam carícias, beijos, podendo ou não haver relação sexual. O mesmo sentido se dá a *ficando*, mas referindo-se a um tipo de relação que se dá por mais de uma vez, podendo ou não ser estabelecida uma monogamia entre as pessoas envolvidas.

Para Júlia, na cidade de Assis, “as pessoas falam que não têm preconceito e têm preconceito, muito preconceito.”, e, por isso quem se relaciona com outras do mesmo sexo não expõe sua homossexualidade publicamente. A invisibilidade das homossexualidades, o que podemos entender como o armário gay (SEDGWICK, 2007), acaba sendo obstáculo para o processo de reconhecimento do desejo, e para o encontro com possíveis parcerias erótico-sexuais. De acordo com Sedgwick (2007), o armário gay é aquilo que controla a expressão da homossexualidade quando ela se torna conhecida íntima ou publicamente. Nesse sentido, o armário se torna um dispositivo de aprisionamento e/ou proteção. Nem sempre é opção das pessoas a escolha de estar “dentro do armário”, na demanda de sigilo/segredo, ou “fora do armário”, na demanda de exposição/revelação. Como pontua Sedgwick (2007, p. 26), “o armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX”.

Contudo, finalmente, Júlia conheceu uma menina que se relacionava com mulheres. Seu nome era Clarisse. Tornaram-se amigas e, a partir de revelações feitas por MSN, logo elas começaram a *ficar* assumindo um tipo de namoro. Estavam juntas o tempo todo e, somando-se ao estereótipo masculino de Júlia, passou a ficar óbvio para as pessoas ao redor (colegas, professores, vizinhos, grupo de jovens da Igreja etc.) que ali havia mais que uma amizade. Para Júlia, aquilo estava sendo vivido com naturalidade, sem necessidade de fazer nada escondido. Mesmo que não demonstrassem erotismo em público, pela forma como se comportavam e agiam uma com a outra, era perceptível o que havia afeto e atração erótica entre elas. E este é outro fato que chama atenção na história de Júlia. Havia uma certa ingenuidade de sua parte sobre a visão das pessoas a respeito das homossexualidades. Ela acreditava que, mesmo que todos soubessem que ela e Clarisse estivessem *ficando*, não haveria julgamentos, críticas ou tratamento diferenciado. Da mesma forma, ela pensava a respeito de sua família:

'Vocês são aceitas em todos os lugares, imagina.' 'Família é família, a família te ama como você é.', 'Então tá bom.'. Até que eu quebrei a cara e vi que isso aí é só teoria. [Você achava que era uma coisa tranqüila, que você poderia circular na rua, na escola...] Nossa, super sossegada: 'Meu pais vão me aceitar, porque eles me amam. Imagina. Eles me amam. Vai ficar tudo numa boa'. Sonhou! (risos) Acho que nem em sonho mais isso é possível.

Com a mudança de comportamento de Júlia pelo apaixonamento, fofocas e denúncias anônimas, seus pais passaram a desconfiar de sua relação com Clarisse. A mãe de Júlia passou a segui-la na rua, na escola, na academia,

passou a gravar conversas dela no MSN, até um dia descobrir que o que ela desconfiava era verdade. O computador foi um grande denunciador dentro da família de Júlia, inclusive de uma história ainda mais surpreendente da qual falaremos mais adiante.

Certo dia, Júlia esteve com Clarisse até mais tarde, e sua mãe, seguindo-a, as viu juntas. Depois que as meninas despediram-se, a mãe de Júlia foi atrás de Clarisse e lhe falou muitas coisas desagradáveis. Quando voltou para casa e encontrou-se com a filha, imediatamente perguntou-lhe há quanto tempo ela estava *ficando* com Clarisse e que Deus não aceitava esse comportamento. Júlia argumentou dizendo:

'Mãe, isso a gente não escolhe. Eu sou sua filha. Você tem que me aceitar como eu sou. Se não quer me aceitar pelo menos você me respeita.' [A mãe disse:] *'Não, você não é minha filha, você sempre gostou de meninos, você era feliz antigamente e depois que você começou a ficar com uma menina você começou a ficar mais rebelde'. Aí eu falei pra ela: 'Não é por causa disso que eu fiquei mais rebelde. Antes eu era uma coisa que eu não era.'*

A mãe de Júlia deixou bem claro que não aceitava e não respeitaria o fato de Júlia se relacionar com mulheres. Na grande maioria das discussões que Júlia passou a ter dentro de casa, a mãe era a principal pessoa que se colocava contra Júlia. Segundo Schulman (2010), a família cria uma punição sobre seus membros não-heterossexuais mesmo que elas não tenham feito nada de errado. Essas punições vão desde “pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas” (SCHULMAN, 2010, p. 70). Já o pai de Júlia se mostrava escravo da moral social, tendo como preocupação “o que os outros vão pensar?”.

O estigma em torno da homossexualidade não atinge apenas à pessoa homossexual, mas também afeta a todos os membros da família. No caso dos pais e mães, estes são socialmente julgados como sendo 'os responsáveis' pelo 'desvio sexual' de seus filhos e filhas. Já os irmãos, irmãs, primos, primas e outros parentes próximos são motivos de chacotas (o irmão do viadinho, a prima da sapatão). Enfim, são pessoas vistas como cúmplices do desvio do outro, ou até mesmo como desviados tal como ele(a). E isso é aterrorizador, ou seja, perder o *status* de normalidade é aterrorizador para a maioria das pessoas. A estigmatização da homossexualidade é então um flagelo que afeta a todos da família. Todos ficam marcados (GOFFMAN, 1975). Por isso que não

podemos pressupor que o combate à homofobia seja assunto de preocupação apenas das pessoas não-heterossexuais.

E foi a partir daí que Júlia foi impedida de continuar freqüentando um grupo de jovens que participava e onde havia conhecido Clarisse, podendo apenas ir à missa. A mãe de Júlia passou a ir à missa no mesmo dia que a filha para vigiá-la. Sentindo-se perseguida e controlada, Júlia parou de freqüentar também a missa. Ela pensava: *“Como? Você tá vindo aqui só pra me procurar? Putz, você vai me seguir até na Igreja? Então eu prefiro nem vir”*.

Os pais de Júlia também passaram a levá-la e buscá-la da escola, dificultando seus encontros com Clarisse, a seguiam em qualquer lugar aonde ela fosse, e, assim, o romance foi perdendo força e as duas perderam o contato. Na semana seguinte à descoberta, Júlia foi mandada pela mãe à Igreja que freqüentava para conversar com o padre. O padre perguntou sobre a relação dela com os pais e sobre ela parar de freqüentar o grupo de jovens, mas não mencionou nada sobre homossexualidade. E mesmo se ele perguntasse sobre isso, Júlia negaria, por ter certeza que ele falaria coisas negativas sobre o assunto. Com esses ocorridos, Júlia desvinculou-se um pouco da religião e bastante da Igreja.

Provavelmente vindo que a conversa entre Júlia e o padre não havia surtido o resultado que a mãe de Júlia esperava, ela encaminhou a filha para um psicólogo. Júlia fez quase um ano de terapia, o que não a agradava. O discurso do psicólogo centrava-se muito na idéia de que Júlia tinha que compreender a forma como os pais dela agiam, porque era difícil para eles compreenderem a homossexualidade de um filho. Ele ainda disse a ela que *“nenhum pai é feliz pelo filho ser homossexual”* (uma frase que pareceu pesar muito para ela) e, por isso, ela não tinha que ser tão rebelde. Ou seja, ele acabava barrando que ela reivindicasse pela própria liberdade de viver sua homossexualidade. Com o tempo, Júlia foi burlando as idas ao psicólogo até parar finalmente de ir. Seus pais falaram para ela voltar a freqüentar o psicólogo e ela questionou: *“Porque que vocês não vão também?”*. E eles nunca foram, dizendo que era ela quem precisava.

Júlia não tinha com quem conversar. Estando descrente dos amigos, ela pensava: *“Quem mais me ama não me aceita, imagina se eu falar pros meus amigos? Eu vou ficar sem ninguém”*. Passou a ficar rebelde e assertiva com os pais: *“Tô namorando mesmo! E daí? O que você vai fazer pra impedir?”*. A atitude mais extrema que Júlia tomou nesse período foi sair de casa durante quase um mês. Isso ocorreu a partir de um novo relacionamento

com uma garota. A relação durava apenas um mês, e Júlia vinha reclamando para a menina da péssima relação que ficou entre ela e seus pais. Esta a chamou para ficar em sua casa argumentando que sua mãe sabia que ela se relacionava com mulheres e que era tudo tranqüilo. No dia seguinte, Júlia arrumou suas coisas e saiu de casa. Quando chegou à casa da menina, a mãe dela, na verdade, não sabia de nada, e Júlia teve que ficar na casa de outras pessoas, conhecidos da menina. Júlia confiou cegamente na menina, até que perceber o tipo de ambiente em que estava: *“As pessoas não sabiam que eu ia ficar lá e era barra pesada o clima, de gente usando droga e muita coisa. Sei que foi horrível. [...] E um dia, entre eles, teve uma briga, briga de soco mesmo”*. Na casa, Júlia não tinha um lugar para dormir, dormia na sala, só tomava água, e mal se alimentava, ficando alguns dias sem comer. E a menina com quem ela estava se relacionando mal conversava com Júlia. Ainda assim, Júlia pensava:

[...] qualquer lugar ia tá melhor que a minha casa. Então eu aceitava aquela situação, aceitava o jeito que ela me tratava. Qualquer coisa era melhor que estar na minha casa. Qualquer coisa! Se eu morasse na rua era melhor que estar na minha casa. Sabe, quando dá essas crises na minha mãe de: 'A gente não te aceita! Você tem que mudar!', é terrível, entendeu? É horrível!

Depois de aproximadamente vinte dias fora de casa, Júlia decidiu voltar para a casa de seus pais. Foi recebida pelo pai, dizendo que estava feliz por ela ter voltado, falando que estava preocupado, e tentando agradá-la de alguma forma. A mãe não foi muito receptiva e deu uma entonação de como se Júlia tivesse “parado com a palhaçada”. Mesmo assim, Júlia não tentou fingir que era heterossexual. Por conta disso, continuou vivendo uma vigilância constante dos pais, percebendo o tratamento diferenciado que eles passaram a ter com ela. Quando estava em casa, que era a maior parte do tempo, seus pais controlavam seus atos, falavam: *“Deixa a janela aberta. Deixa a porta aberta!”* para saber o que ela estava fazendo e se estava estudando, e a criticavam por qualquer desorganização. Ainda que ela lavasse e passasse suas roupas, lavasse seu banheiro, estudasse, e aos finais de semana, sempre que possível, trabalhasse, ela era o tempo todo criticada, castigada e punida por motivos ínfimos. Ao contrário, seus irmãos tinham total liberdade de circulação e não passavam por nenhum questionamento ou implicância. Em festas de família, o tratamento dos pais de Júlia com seus irmãos era animado e caloroso, enquanto ela era tratada de forma diferente. Ela ficava excluída ou mesmo se excluía, por não suportar a situação. Seus irmãos podiam sair para festejar e ela

ficava em casa. Existia, ainda, uma grande preocupação dos pais com o bem-estar e a felicidade dos irmãos de Júlia, sendo que ela, se chegasse em casa transparecendo estar péssima, ninguém se mobilizava.

A evitação é outro comportamento que surge na homofobia familiar. As pessoas não-heterossexuais são excluídas de qualquer participação de comunicação sobre elas mesmas e sobre como são tratadas, para se defender ou retrucar e qualquer tipo de reconhecimento ou representação de suas experiências. “A evitação é uma forma de crueldade mental que é desenhada para que se finja que a vítima não existe ou nunca existiu” (SCHULMAN, 2009, p. 74), produzindo uma verdadeira desumanização normativa e regular.

Isto ocorre quando as experiências e conquistas de um membro familiar homossexual não são reconhecidas como iguais às experiências e conquistas dos membros heterossexuais, ou quando o membro homossexual freqüentemente é excluído dos eventos familiares (SCHULMAN, 2009, p. 75). Os membros da família se recusam a se comprometer, a conversar, a negociar, a reconhecer e se comunicar sobre a homossexualidade. Isto é visto como normal e sem intercorrências, e a família não parece se questionar se o membro excluído se importa com essa evitação, replicando e estendendo este hábito.

O controle e vigilância sobre Júlia continuou. Seus pais de Júlia estavam sempre procurando saber aonde ela ia, seguindo-a, investigando-a, e estavam sempre fazendo questionamentos sobre cada mínimo detalhe de sua vida. Por conta disso, a todo o momento Júlia precisava estar alertar, controlar seus atos, monitorar-se para não expor qualquer indício de “saída dos eixos”, o que lhe causava um imenso estresse diário. Sair de casa, chegar tarde, matar aula no cursinho, ir a uma festa podia ser sempre entendido, pelos pais de Júlia, como uma tentativa de burlar as regras da heterossexualidade que lhe era imposta, estivesse ou não sua ação relacionada com a vivência de sua homossexualidade. A homossexualidade virou bode expiatório. Saber que Júlia se relacionou com mulheres fez, para seus pais, com que ela se tornasse alguém desacreditável (GOFFMAN, 1975). A consequência disso para Júlia foi um claro afastamento emocional dos pais um imenso desgosto pela vida.

Júlia tinha um ótimo relacionamento com os irmãos mais velhos, mas não sabia se eles sabiam de sua homossexualidade. Seus irmãos nunca questionaram se ela estava com um menino ou uma menina, mas ela tinha receio de contar para eles, assumindo uma culpa que não era dela mesma, mas da homofobia familiar:

Então, eu penso que, se eu contar, eles podem muito bem conversar com os meus pais e a situação toda mudar. Ficar

muito melhor pra mim. Mas ao mesmo tempo que eu penso, eu falo: 'Putz. Será que eu não posso acabar com tudo isso? [...] acabar com todo esse carinho que a gente tem um pelo outro. Posso estragar a família por causa disso.

Sobre os parentes mais distantes de Júlia, como tios, primos que moram em cidades próximas à Assis, Júlia acreditava que todos eles já soubessem de sua homossexualidade, por meio do alarde que seus pais fizeram quando souberam. *“Eu acho que todo mundo sabe, mas fingem que não sabem, assim como eu finjo que eu não falo, que eu não sei. (risos)”*. Ninguém tratava Júlia mal, mas ela passava por uma pessoa que estava sempre solteira. Tudo isso fez com que a imagem positiva de família que Júlia tinha esmorecesse. Ela deixou de gostar de festas em família, vendo as relações como uma hipocrisia:

No Ano Novo, no ano passado, não, no ano retrasado, eu tive que ir arrastada. Eu não queria ir, sabe? Eu não suporto esse tipo de coisa. Natal, Ano Novo, nossa... essas festinhas. Eu acho uma chatice, sabe? Ah, Natal, abraça, não sei o quê, sabe? Aqueles parentes que não te vê faz tempo, quem nem liga pra saber como você está e naquele momento finge que tá tudo bem. Eu não suporto esse tipo de coisa.

Assim, Júlia procurava se fortalecer nas coisas que mais queria: em passar na faculdade e em um futuro que ela mesma pudesse construir. Já tem em vista passar em uma universidade pública fora de Assis para sair da casa dos pais.

Esse era o panorama da vida de Júlia até a primeira entrevista. Na segunda entrevista, Júlia contou um fato surpreendente, o que fez com que algumas coisas mudassem em sua vida. Ela estava começando a aprender a mexer no computador para apagar as mensagens que trocava com sua namorada pelo MSN, e esta tentava ensiná-la, pelo telefone, falando que ela entrasse no histórico da Internet, e mostrando-lhe passo a passo o que fazer. Quando conseguiu chegar aos bate-papos, Júlia viu que haviam conversas lá que não eram dela, mas de um homem conversando com outro, marcando encontros e falando de sexo entre homens; e havia, inclusive, descrições de relações sexuais virtuais gravadas. Os únicos homens que moravam em sua casa eram seu pai e seu irmão. Seu irmão tinha um computador próprio, e a única pessoa que dividia o computador com ela era seu pai. Se aqueles encontros entre os homens se concretizavam ou não, Júlia não tinha como saber, mas, por meio daquelas mensagens, ela descobriu que seu pai tinha relações, ou, no mínimo, desejos homossexuais.

Júlia ficou chocada. E depois do choque, inconformada. Não quis contar sobre as mensagens de seu pai para sua mãe. Mesmo que não concordasse com as possíveis traições, o que mais pesou para ela foi a hipocrisia com que seu pai a tratava. Ela não se conformava com o fato de o pai dela controlá-la e vigiá-la por causa de sua homossexualidade, sendo que ele mesmo tinha desejos por outros homens e possivelmente encontros homossexuais. Em sua opinião, seu pai deveria assumir sua homossexualidade, e não enganar sua mãe encontrando-se com outros homens, e menos ainda reprimi-la por se relacionar com mulheres. Para Júlia, não havia problema algum em seu pai ser gay, mas sim em enganar sua mãe e, principalmente, ser hipócrita em relação a ela. Porém, ela não quis usar a homossexualidade do pai como instrumento de coerção, da mesma forma como o pai fazia com ela. Guardou o segredo por algum tempo.

Certo dia, querendo sair de casa para encontrar com sua namorada, estressada por algum acontecimento do dia-a-dia, sua mãe implicou insistentemente com o fato de que ela fosse sair. Depois de muito discutir com a mãe, Júlia acabou indo até seu pai, já com as mensagens do computador em mente. Negando a ela a autorização para sair, ela jogou para ele:

'Eu sei das conversas no computador, no msn". Seu pai respondeu: 'Que conversas? Não tem conversa nenhuma!'. E ela justificou: 'Só nós dois usamos o computador, e aquele msn é seu.'. Ele: 'Vai jogar na cara agora?'. 'Não pai. Eu te amo como você é. Eu só quero um pouco mais de liberdade.'.

O pai de Júlia entendeu sobre o que ela dizia e Júlia não sabia dizer se foi por receio que ela falasse algo, ou por ela ter agido de forma compreensiva, que seu pai não implicou mais dela sair aquele dia. Mas, estava, então, já sabido e declarado por Júlia que o segredo de seu pai já não era mais segredo. Júlia foi saindo de casa e escutou seu pai acalmando sua mãe dizendo que Júlia voltaria logo.

Depois dessa situação, Júlia passou a assumir verbalmente sua homossexualidade para os membros de sua família, pouco a pouco, seja contando diretamente para os irmãos, seja assumindo isso em discussões do dia-a-dia com a mãe ou com o pai. Com um dos irmãos, outras revelações vieram à tona. O irmão que morava com Júlia era mais discreto, menos afetivo com ela, e mais seco e direto para tratar qualquer assunto. Mesmo assim, Júlia sentia a necessidade de abrir-se. Chegou ao irmão, que trabalhava em seu computador no momento, e falou que precisavam conversar. Falou que era homossexual e, referindo-se aos seus pais, disse que a relação dentro de casa

estava muito difícil, e que ela chegou a pensar em fazer alguma besteira (pensamentos suicidas). Seu irmão, sem tirar os olhos da tela do seu computador, disse que enquanto ela morasse com os pais, ela teria que agüentar o que eles impunham. Porém, Júlia achou que não pareceu ser muito relevante para seu irmão o fato de Júlia se relacionar com mulheres ou não. Assim, já explodindo por ter que guardar tantos segredos, contou sobre o segundo assunto. *“Eu também queria falar outra coisa. É sobre o pai. Sobre umas conversas dele que eu vi no computador”*. Seu irmão finalmente se mobilizou, virou para ela e perguntou: *“Você também sabe das conversas?”*. Júlia se surpreendeu tanto quanto ele. Ambos já sabiam do segredo do pai, e o irmão de Júlia sugeriu que ela não contasse nada para ninguém, que um dia reuniriam os irmãos e conversariam sobre isso e o que fazer a respeito. Também falou para Júlia não contar para o pai que sabia, mantendo a enorme rede de mentiras e segredos da família. Ela disse que já havia contado.

O que temos claro é que, depois de verbalizada a homossexualidade de Júlia, ela julgou que as coisas ficaram mais calmas na sua casa, isto é, houve menos controle para ela sair, menos questionamentos, menos vigilância e perseguições, e estavam mantendo um diálogo, exceto em relação aos assuntos relacionados à homossexualidade, onde se iniciam novos desacordos. Ou seja, a calma pode se dar exatamente para que o assunto que tanto incomodava não viesse novamente à tona. Para que a verdade ficasse em segredo.

Sedgwick (2007) vai nos falar que revelar o segredo não destrói os binarismos, como se costuma pensar, mas atesta a espetacularidade do segredo, e *“cria um torturante sistema de duplos vínculos”* (SEDGWICK, 2007, p. 26) por meio de limitações contraditórias. A exposição da homossexualidade é *“ao mesmo tempo compulsória e proibida”* (SEDGWICK, 2007, p. 24), e tanto expor como esconder é visto como negativo.

Assim, mesmo sem falar sobre o assunto, as punições e controle sobre Júlia ainda continuaram. Ela acreditava que conseguiria pelo menos respeito da parte de seus pais em relação à sua homossexualidade com a sua entrada na faculdade e sua eminente desvinculação financeira dos mesmos, pois, a partir do momento em que não fosse mais dependente deles, o discurso de *“Você tá morando na minha casa e você vai ter que fazer o que eu quero”* não faria mais sentido. Esse é um argumento muito utilizado por pais que não aceitam a homossexualidade de seus/suas filhos e filhas, inclusive os de Júlia, para controlar e tentar evitar a vivência da sexualidade deles. Essa estratégia de controle parece mostrar, por um lado, que existe uma crença de que a homossexualidade é uma *“frescura”*, ou uma *“rebelião”* evitável. Os pais de

Júlia tentavam acreditar, por exemplo, que Júlia não era realmente lésbica, mas que era influenciada pelas mulheres que a acessavam, como se ela não tivesse autonomia nenhuma sobre seus desejos. Por outro lado, ficar apontando a dependência dos filhos para que eles não vivam a homossexualidade é uma atitude fria, que desvincula pais e filhos dos laços afetivos, como se o que os ligasse fosse apenas a dependência financeira. Ainda, a dificuldade de demonstração do afeto pode ser mascarada pela dependência financeira.

No caso do filho ou filha de orientação sexual homossexual passar a ter seu próprio sustento, e o vínculo financeiro se desfazer, poderia, talvez, fazer o vínculo afetivo sobressair ou, ao contrário, a homofobia parental romper finalmente os laços. Frequentemente muitos homossexuais se afastam de suas famílias ao conquistarem sua independência material. E, também, freqüentemente, muitos homossexuais permanecem ligados à sua família por uma ilusão de vínculos de amor “naturais”, mas que em realidade são vínculos financeiros e de dominação sobrepostos por uma homofobia familiar consentida. Deste modo, o membro homossexual prefere ou se conforma em fingir para os outros que não divide uma vida com alguém, passando-se por solteiro/a, ou intelectual que só pensa nos estudos, entre outras figuras que não se relacionam amorosamente com ninguém. E sentem segurança nesse papel.

Especialmente nas primeiras experiências de vivência de sua homossexualidade, muitas vezes o membro homossexual não se importa em vivenciar sua sexualidade na clandestinidade, entre “as quatro paredes” (da casa da família), no armário (da família), pois, não sentem sua vida, como amante do mesmo sexo, como possível de existência reconhecida. E isso pode percorrer a vida inteira da pessoa que não desconstrói sua própria homofobia. Entretanto, à medida que a pessoa de orientação sexual homossexual vai se libertando de sua própria homofobia e criando modos de subjetivação não-normativos em relação ao seu erotismo, mais ela vai se sentindo como vida reconhecida, como tendo direito à existência – aquilo que Butler (1993) vai chamar de humano, que tem para si o espaço de habitabilidade. São o contrário daqueles que não são considerados humanos, aqueles que se aproximam do terreno da abjeção – os corpos abjetos. Assim, ela vai passando a reivindicar mais espaço, mais direitos, mais existência, mais reconhecimento em sua humanidade. E, da mesma forma, vai abrindo mais possibilidades para enfrentar as situações de preconceito que vive, como, por exemplo, buscar uma independência financeira ou criar novos laços afetivos com pessoas que aceitam sua sexualidade não-hegemônica.

De acordo com Bassalo (2009, s.p.), em sua pesquisa sobre juventude e homossexualidade nos cyberespaços (espaços virtuais da Internet), são

especialmente os jovens homossexuais de ambos os sexos que “defendem a visibilidade e o direito a namorar em espaços públicos”. Isso é o que vem ocorrendo com Júlia.

É claro que o armário é uma proteção em um contexto onde relacionar-se fora dos padrões heterossexuais é ser constantemente atingido por processos de exclusão. Segundo Castañeda, (2007, p. 147), aquilo que foi chamado “liberação gay” dos anos 1960 foi “acompanhada de uma homofobia cada vez mais explícita, organizada e militante” (CASTAÑEDA, 2007, p. 147). Ou seja, a visibilidade da homossexualidade potencializou a homofobia. Isso ocorre, segundo a autora, devido ao mecanismo inconsciente da projeção. Neste, uma pessoa atribui a outra traços, pensamentos, atitudes e emoções que não consegue aceitar em si mesma porque são incompatíveis com seus valores pessoais, morais, religiosos ou com sua auto-imagem, como a vivência da homossexualidade. Ao invés de reconhecer a homossexualidade em seu desejo, coloca-a no desejo do outro. A “projeção homofóbica faz com que os homossexuais sejam sempre os outros. Assim, a homofobia 'salva' o heterossexual da homossexualidade” (CASTAÑEDA, 2007, p. 147). Sobretudo, se a homossexualidade for declarada ou visivelmente evidenciada, os homossexuais passam a servir de bodes expiatórios para a sociedade. “Um paradoxo, e um dilema, desse movimento é precisamente o fato de que quanto mais os homossexuais se tornam visíveis, mais se tornam alvo de maior identificação para a projeção homofóbica” (CASTAÑEDA, 2007, p. 147).

Mas o armário não traz apenas coisas negativas. Há também uma certa sedução em viver na invisibilidade, como compartilhar um segredo que apenas poucas e especiais pessoas vivem e sabem reconhecer. Porém, “existem possibilidades cruciais em torno e fora do armário”. O problema não está no armário, mas na exigência dele (ou de sair dele) e no seu uso para a reprodução dos padrões heteronormativos de sexualidade. Assim, estar dentro ou fora do armário é uma questão estratégica, uma decisão ética, e não algo a ser vivido como obrigatoriedade social.

O armário não diz respeito apenas à vida erótica-sexual, mas ao âmbito familiar, jurídico, laboral, “é característica fundamental da vida social” (SEDGWICK, 2007, p. 22). E, por isso, aqueles que vivenciam o armário estão sempre tendo que verificar se estão se expondo e se podem ou não assumir sua homossexualidade. Cada encontro constrói novos armários, exigindo “novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas, novas demandas de sigilo ou exposição” (SEDGWICK, 2007, p. 22). Portanto, aquele que está na situação em que tem algo a esconder, que está dentro do armário, está sempre à espreita para que esse segredo não seja descoberto, sempre controlando palavras, atos

e gestos que possam denunciar seu segredo. Essa vigilância intensiva de si e da percepção dos outros, converte o externo em interioridade, deixando aquele que tem algo a esconder em perpétua limitação (PRECIADO, 2009).

Conclusões

Ao final das entrevistas, Júlia tinha a esperança de que seus pais pudessem aceitá-la e aceitar o fato de ela se relacionar com mulheres. Ela não pretendia se afastar da sua família, e essa mágoa que ela tinha dos seus pais, ela pretendia, um dia, apagar. Essa necessidade de aceitação e reconhecimento por parte da família não pode ser generalizada entre as pessoas LGBT, nem a quaisquer outras, pois não é natural. É, na verdade, uma produção da família moderna, mantendo-se as particularidades dos marcadores sociais de diferença (FONSECA, 2005). O vínculo criado entre os membros da família é o que justifica essa necessidade de aceitação, que nos dias de hoje, é um vínculo afetivo. Entretanto, esse vínculo nem sempre se produziu da forma como existe hoje. Por muito tempo na história da humanidade, a vinculação familiar se manteve por questões mais econômicas e de propriedade do que afetivas, e vemos o reflexo das ligações de ordem financeira na família de Júlia quando seus pais diziam que enquanto Júlia estivesse sob o teto deles, eles mandariam em sua vida íntima, uma qualidade típica das famílias burguesas brasileiras nas quais quem tem autoridade é aquele que é o provedor do lar, geralmente os pais de família ou os filhos do sexo masculino. Ainda, o fato de Júlia ser do gênero feminino parece ser outro fator agravante, pois como apontado por Rich (1980/1986) e Badinter (1986) o que estrutura o papel das mulheres nas famílias burguesas, e a própria família enquanto bastião da heterossexualidade é a dependência dos homens e a submissão dentro do mundo doméstico, o que Júlia faz desmoronar ao buscar sair de casa para seu lazer, estudar, trabalhar, prestar vestibular e morar em outra cidade, e, especialmente, ter autonomia sobre seu desejo e sexualidade namorando mulheres, especialmente em uma idade onde ela, tradicionalmente, estaria sendo escolhida pelos homens para namorar e constituir uma família nos moldes da família heterossexual.

Em seu estudo sobre a conjugalidade homossexual, Nunan (2007, p. 50) nos fala que “enquanto algumas famílias simplesmente não aceitavam a homossexualidade [de seus membros], outras a toleravam desde que ela não ficasse evidente”. A partir disso, os companheiros homossexuais são vistos como apenas “colegas de quarto”; indivíduos que possuem um relacionamento estável são tratados como se fossem solteiros, e como se não tivessem as

responsabilidades e compromissos de uma pessoa comprometida com outra; precisam negociar constantemente em que momento devem expor seu relacionamento, permanecendo em vigilância excessiva sobre si e seu parceiro; e muitas vezes o parceiro fica excluído de eventos familiares. Assim, no caso de assumir-se para a família correlata e para a sociedade, como no caso da pesquisa da autora, por meio da realização de uma cerimônia de compromisso, provocaria um abalo em tais concepções. Entretanto, a autora fala que o reconhecimento legal, familiar e social dos relacionamentos homossexuais, além de reduzir os processos de exclusão, aumentam a estabilidade de tais relacionamentos e levam “a uma melhora na saúde física e mental desse setor da população” (NUNAN, 2007, p. 50).

assumir um relacionamento homossexual duradouro implica em assumir a própria homossexualidade, ao passo que experiências sexuais isoladas podem ser racionalizadas como sendo apenas uma contingência do momento, permitindo que o sujeito mantenha sua suposta heterossexualidade (NUNAN, 2007, p. 53).

Ou seja, em diversos casos, mais que o reconhecimento da homossexualidade enquanto desejo, enquanto orientação sexual ou enquanto prática, é a união homossexual, o relacionamento, a conjugalidade que acaba sendo disparador do desejo de reconhecimento social, familiar e mesmo jurídico.

Antes da revelação/descobrimto da sua homossexualidade, Júlia acreditava que o que unia a sua família era o afeto. A homofobia que Júlia enfrentou ou possa vir a enfrentar no cotidiano social não parecem pesar tanto, porque ela já criou estratégias para lidar com eles. Ela descobriu formas para ter seus relacionamentos e lidar com suas amizadas, sempre deixando claro para os outros a pessoa que ela é e como vive. Não se importava com a discriminação de desconhecidos, enfrentando-a sempre que podia. Estava ciente que existem leis de punição à homofobia, sentindo-se armada para reivindicar seus direitos, e não se sentia inferior, reivindicando vivenciar sua sexualidade com liberdade e aspirando mudanças positivas em sua vida. Sua grande preocupação era em relação à sua família. Sedgwick (2007) nos diz como o armário é um dispositivo especialmente relativo à homossexualidade e muito pouco a outras formas de exigência estigmatizadas e discriminadas como ser negro, ser deficiente, ser judeu, pois, como ela exemplifica, estes últimos têm uma identificação por meio da cultura originária que cada indivíduo tem (no mínimo) na família, enquanto o membro homossexual, por sua homossexualidade, perde qualquer referência, identificação e apoio em sua

família. Para Júlia, em relação aos seus pais o grande incômodo era ter que mentir. Não mentir é poder existir como se é. É ter o direito a existência, o que é legitimado na simples possibilidade de falar de si.

O que vamos perceber na família de Júlia é que revelar a mentira tem a ver com *sair do armário*, porém, tem a ver também com quebrar com laços simbólicos que unem a família. Parece se tratar de uma família que prefere o segredo e a mentira à verdade. É como se a mentira fosse uma das fundações dos laços simbólicos dessa família. Ou seja, sem a mentira, a família deixa de se sentir família. Essa família, possivelmente, também faz segredo de outras tantas coisas. E se Júlia viver na verdade, ela quebra com esses laços, ela “desconstrói” o sentido de união de sua família. Seus familiares a punem, não apenas por conta de sua homossexualidade, mas a punem por ela querer viver na verdade, tal como tem vivido em suas relações de amizade. Essa família não tolera a verdade, pois isso implica em que também se saia do seu armário de mentiras, e não se suporta a idéia de ter que refazer a vida a partir da verdade. Foram anos de coisas sendo empurradas para o armário que essa família não suportaria ver sair de lá. E Júlia é o bode expiatório de tudo isso.

Talvez Júlia ainda omita sua homossexualidade, pois tenta proteger os laços que unem essa família. Protege a mãe, o pai e os irmãos na idealização de família que todos desejam. Ela achava que o que unia sua família era o afeto, o amor. Mas quando descobriram a verdade sobre Júlia, ela viu que o vínculo pelo afeto era uma mentira, o que mantinha as estruturas daquela família era a própria mentira, os segredos jogados nos armários de cada um.

A sexualidade de Júlia escancara a porta do armário homossexual na família, fazendo as portas de outros armários estremecerem: o segredo que o filho faz das conversas do pai no MSN; como a mãe é enganada e possivelmente traída pelo pai; como o pai é hipócrita em relação à filha, por discriminá-la tanto por se relacionar com mulheres e ele mesmo, ter desejos (e talvez atos) homossexuais. Por isso, a raiva da mãe em relação à Júlia parece ser maior. Isto é, Júlia apresenta para a mãe outra possibilidade de viver, uma vida outra, singular naquele contexto de segredos repetitivos, outras formas de subjetivação, que não tenham apenas a ver com ser lésbica, mas com ser verdadeira, com respeitar suas emoções, com tentar viver uma vida livre, conforme seus desejos.

Não é apenas a homofobia familiar que obriga Júlia a fazer segredo de sua homossexualidade. A mentira estrutura a família e legitima a discriminação. Quando o segredo é um grande representante dos laços de união da família, a ação da homofobia é potencializada pela exigência do armário. Ou

seja, o que podemos concluir é que o armário homossexual tem maior aderência em famílias que já estão habituadas a conviver com a mentira, e que se estruturam a partir dela.

Segundo Schulman (2010), diferentemente de meio século atrás, atualmente as opções para mudança e aceitação das diferenças são muito maiores diante dos movimentos políticos e civis visíveis, portanto, “uma ação negativa hoje possui um significado negativo ainda mais intenso do que teve no passado, quando se tinha menos opções para mudança” (SCHULMAN, 2010, p. 71) e, negar os direitos civis e humanos de pessoas dissidentes da heteronormatividade que pedem justiça e existência legitimada é muito mais sórdido que recusar esses direitos quando esses sujeitos eram fortemente invisibilizados e estigmatizados.

Podemos afirmar, em acordo com Schulman (2009), que se qualquer um que pratica homofobia sobre uma pessoa percebesse que alguém se importaria com a forma pela qual ela foi tratada, seu comportamento seria diferente, pois teria receio das conseqüências, pois “uma intervenção mostra aos perpetradores que alguém de preocupa com a vítima, o modo como ela e tratada e o que será dela” (SCHULMAN, 2009, p. 75). Assim, se uma das maiores preocupações dos pais de homossexuais é sobre “a vulnerabilidade à violência a que o filho possa estar sujeito no cotidiano” (SANTOS; BROCHADO JÚNIOR; MOSCHETA, 2007, p. 10), ao invés de tolerar seus filhos homossexuais ou mesmo de exercer sobre eles uma discriminação em forma de evitação (ou outras ainda mais cruéis), estas mães e outros familiares poderiam simplesmente se importar.

Referências

- BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Juventude, homossexualidade e mídia digital. [online] In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e Controvérsias. Anais. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: 4 jan. 2011.
- CASTAÑEDA, Marina. A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira-Filho. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- FONSECA, Cláudia. “Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica”. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 14, n. 2, 50-59, 2005.
- GOFFMAN, Erwing. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GUATTARY, Félix; ROLNIK Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- NUNAN, Adriana. “Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina”. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 47-67.
- PRECIADO, Beatriz. “Mies-conception: La casa Farnsworth y el misterio del armario transparente”. [online] Zehar: revista de Arteleku-ko aldizkaria (Dossier z44a). 26-32, 2000. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/38654956/Preciado-La-Casa-Farnsworth>>. Acesso em: 3 dez. 2009.
- RICH, Adrienne. “Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana, 1980”. In: Sangre, pan y poesía: prosa escogida: 1979-1985. Icaria: Barcelona, 1986. 41-86.
- SÁNCHEZ, Ángel Moreno; GALÁN, José Ignacio Pichardo. “Homonormatividade y existencia sexual. Amistades peligrosas entre género y sexualidad”. Revista de Antropología Iberoamericana, Madrid, Espanha, v. 1, n. 1. 143-156. jan./fev, 2006.
- SANTOS, Manuel Antônio dos; BROCHADO JÚNIOR, José Urbano; MOSCHETA, Murilo dos Santos. “Grupos de pais de jovens homossexuais”. SMAD - Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas, Ribeirão Preto-SP, v. 3, n. 2, 2007.
- SCHULMAN, Sarah. “Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento”. Tradução de Felipa Bruno Martins Fernandes. *Bagoas*. Natal, n. 5, 67-78, 2010.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. “A epistemologia do armário”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, 19-54, jan./jun. 2007.

SILVA, Joseli Maria. "Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade". Revista de História Regional, Ponta Grossa-RS, v. 5. n. 2, 2000a, p. 9-37.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. "Reflexões sobre a crítica de Deleuze e Guattari à teoria do complexo de Édipo". Pulsional Revista de Psicanálise. Ano XV, n. 160, 31-35, ago. 2002.